

NANCY ANDRIGHI

HERANÇA DIGITAL

ACESSO E TRANSMISSIBILIDADE
POST MORTEM DOS BENS

2025

 EDITORA
*Jus*PODIVM
www.editorajuspodivm.com.br

SUMÁRIO

Introdução	17
------------------	----

Capítulo 1

PERSPECTIVA DOGMÁTICA DO DIREITO SUCESSÓRIO BRASILEIRO na ERA DIGITAL	29
1.1. Considerações gerais sobre a herança.....	29
1.1.1. A esfera jurídica e o patrimônio	31
1.1.2. O conceito de herança	45
1.1.3. A natureza jurídica da herança.....	49
1.1.4. A aquisição da herança: efeitos jurídicos do princípio da <i>saisine</i>	51
1.2. A sucessão legítima e testamentária.....	56
1.3. Principiologia do direito sucessório brasileiro	60
1.3.1. O direito fundamental à herança.....	61
1.3.2. Princípio da <i>saisine</i>	65
1.3.3. Princípio da função social da herança	67
1.3.4. Princípio da liberdade limitada para testar	69
1.3.5. Princípio da liberdade absoluta para testar	75
1.3.6. Princípio da irrevogabilidade da condição de herdeiro	76

Capítulo 2

DOS BENS DIGITAIS: UMA ANÁLISE CRÍTICO-JURÍDICA	79
2.1. Os bens digitais no contexto das categoriais gerais do Direito Privado.....	80
2.2. Os conceitos de bens e coisas.....	85
2.3. A configuração dos bens digitais.....	90
2.3.1. A pós-modernidade e a revolução digital.....	90
2.3.2. Conceito, natureza jurídica e características.....	96
2.3.3. Bens digitais e patrimônio digital.....	105
2.4. Classificação dos bens digitais.....	106
2.4.1. Bens digitais patrimoniais e existenciais.....	107
2.4.2. Bens digitais híbridos ou patrimoniais-existenciais.....	109
2.4.3. Crítica à classificação.....	110
2.4.4. Bens digitais transmissíveis e intransmissíveis.....	114

Capítulo 3

A HERANÇA DIGITAL	117
3.1. O conceito de herança digital: a integração de novos tipos de bens transmissíveis <i>mortis causa</i>	117
3.2. Características da herança digital.....	126
3.3. O acesso dos herdeiros aos bens digitais: transmissibilidade <i>post mortem</i> dos bens digitais e proteção constitucional dos direitos da personalidade.....	127
3.3.1. A consolidação dos direitos da personalidade no Brasil	127
3.3.2. A tutela dos direitos da personalidade.....	139
3.3.3. A tutela <i>post mortem</i> dos direitos da personalidade.....	146

3.3.4. Os direitos da personalidade e a sucessão <i>mortis causa</i> dos bens digitais: a mitigação do princípio da <i>saisine</i>	159
3.3.4.1 O critério do respeito à autonomia privada do morto	163
3.3.4.2 O critério dos limites impostos pelos direitos da personalidade	173
3.3.4.3 O critério do exame da proporcionalidade.....	184
3.3.5. Graus de transmissibilidade dos bens digitais.....	197

Capítulo 4

ASPECTOS CONTEMPORÂNEOS DA TRANSMISSÃO DOS BENS DIGITAIS E PROPOSTAS PARA A EFETIVIDADE DA PARTILHA 201

4.1. Inovações dogmáticas e legislativas: adequação do procedimento do inventário Às exigências do direito digital.....	201
4.1.1. Inovações no âmbito do Direito Civil	202
4.1.2. Inovações no âmbito do Direito Processual Civil.....	204
4.1.2.1 O incidente processual de identificação, classificação e avaliação de bens digitais	205
4.1.2.2 O inventariante digital	209
4.2. O destino dos bens digitais intransmissíveis	213
4.3. O metaverso e os bens digitais: breve nota	216
4.4. A sucessão digital e os contratos e termos de uso	224
4.5. Propostas legislativas para a transmissão <i>mortis causa</i> dos bens digitais.....	232
4.6. O anteprojeto de reforma do código civil e a transmissão <i>mortis causa</i> dos bens digitais.....	246

REFERÊNCIAS..... 263

ROL DE CATEGORIAS..... 283